

Brossard fala a brasilienses

Uma comissão permanente em defesa do estabelecimento de representação política em Brasília será formada hoje por diversas entidades de classe e associações comunitárias durante reunião programada para às 20h 30min no Salão Nobre do Palácio do Comércio. O encontro, coordenado pela Associação Comercial do Distrito Federal, terá a participação das associações comerciais de todas as cidades-satélites, Sindicato dos Jornalistas Profissionais, seção Local da Associação Brasileira de Imprensa e dezenas de outras entidades representando as mais diferentes camadas da população. Também estarão presentes os senadores Paulo Brossard e Catete Pinheiro.

O encontro foi o principal assunto enfocado terça-feira na reunião semanal da ACDF. O empresário Joaquim Cândido Garcia Neto lembrou que essa nova providência não deve ser encarada, simplesmente, como mais uma campanha ou mais uma reivindicação. Trata-se do despertar de Brasília para o seu isolamento no quadro político nacional. "Quando o Colégio Eleitoral se reunir em breve para escolher o próximo Presidente da República - disse Garcia - a única voz ausente será a do eleitor brasiliense".

Para ele, a formação da comissão permanente representa uma tomada de posição, "uma jornada longa que teremos de caminhar" e que deve ser encarada com muita responsabilidade. Destacando a participação da Associação Comercial no empreendimento, o advogado Maurício Correa lembrou que, à falta de uma representação política, tem sido a ACDF, desde que nasceu no Núcleo Bandeirante, um repositário das aspirações comunitárias.

No seu entender, a tese da representação política está vivendo agora o momento mais oportuno de 1964. Ela já pertence à comunidade. Daí a razão do encontro de hoje que será aberto a todos os interessados. Da programação oficial constam exposição de representantes da ACDF, das Associações e Sindicatos e da imprensa, mas qualquer dos presentes terá o direito de usar da palavra.

Ainda na ACDF, o advogado Wílson Wander Lopes pronunciou discurso afirmando que, ao completar 18 anos, "Brasília quer três poderes". E explicou:

"Quer um Poder Executivo governado por alguém que, conhecedor de sua problemática por integrada vivência na cidade, evite a desnecessária importação de material humano, formando aqui mesmo o seu secretariado, assim permitindo que o material humano candango, que já vem servindo à nação em todos os seus níveis e quadrantes, possa também ter a oportunidade de servir à capital, à sua terra".

"Quer um Poder Legislativo próprio, em nível de Assembléia Legislativa e de representação federal, como qualquer unidade federativa; este, o ponto básico de sua reivindicação, a fim de se corrigir a iniquidade de se afastar mais de um milhão de cidadãos do democrático processo de eleição de seus representantes, mal maior se levado em conta o nível qualitativo dos brasilienses".

"Quer um Poder Judiciário adequado à sua condição de capital de todos os brasileiros, oferecendo-se, comunidade jovem, à implantação de uma reorganização judiciária que lhe forneça uma Justiça mais ágil, barata, acessível e eficiente, com instalações de juizes nas regiões administrativas, hoje chamadas cidades-satélites, com desmembramentos dos Cartórios e sua adequação às reais necessidades de uma cidade que cresce demais, suplantando ordenadamente as mais exorbitantes perspectivas".